

Crise chega ao bolso dos parlamentares

Tereza Mello e Vanda Célia

Deputados e senadores ganham R\$ 8 mil reais por mês, o equivalente a 80 salários mínimos, estão livres do aluguel em Brasília — moram de graça em apartamentos funcionais da Câmara e do Senado — e têm assistência médica e dentária gratuita.

Uma vida folgada? Que nada. Dos 513 deputados, só seis não estão devendo o cheque especial do Banco do Brasil (o limite deles é R\$ 20 mil). No Senado, a situação é semelhante com 56 senadores, de um total de 81, pendurados no especial, segundo informação de um funcionário do Banco.

Caixinha — Atingidos pela mesma crise de inadimplência que atinge a classe média, os parlamentares devem ainda ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), uma caixinha de previdência que faz empréstimos mediante descontos em folha.

Os empréstimos do IPC reabriram

na semana passada, e foi uma avalanche de pedidos. Resultado: 139 novos empréstimos, no limite de R\$ 15 mil cada um, já foram aprovados.

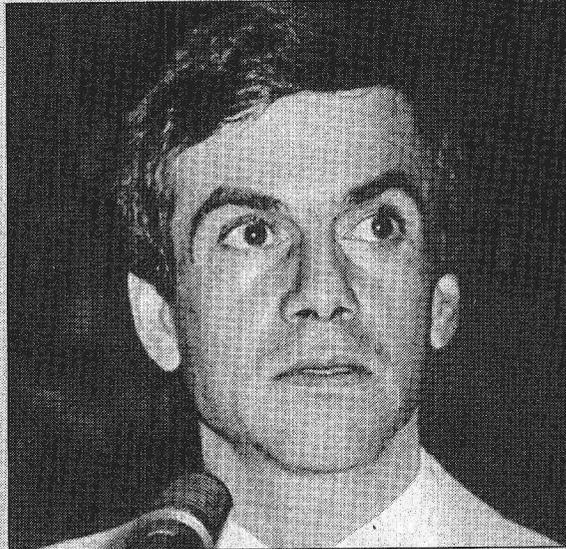
“É a maior crise de inadimplência do Congresso”, admite Ney Suassuna (PMDB-PB).

Empréstimos — É no IPC que a maioria está buscando dinheiro para cobrir débitos do cheque especial, onde os juros são maiores. “Existem parlamentares recorrendo aos empréstimos, mas isto é perfeitamente legal”, explica o presidente do IPC, Heráclito Fortes (PMDB-PI).

Fortes fez uma consulta ao Banco Central antes de reabrir os empréstimos, porque o principal compromisso do instituto é com o pagamento das aposentadorias e pensões.

Além da caixinha, os parlamentares fazem correntes. O deputado Hélio Rosas (PMDB-SP) recolhe dinheiro dos colegas e depois sorteia, numa espécie de bolão da felicidade para quem ganha.

Foto: ADIRA

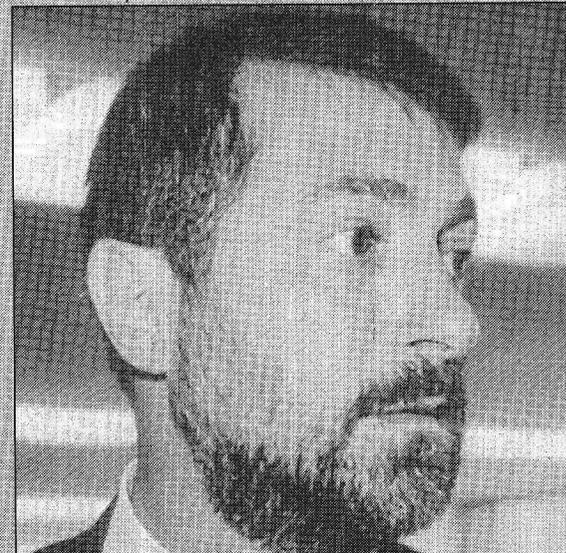


Carlos Cardinal (PDT-RS) — O deputado foi obrigado a devolver ao proprietário um apartamento alugado em Porto Alegre, porque não conseguiu mais pagar. Agora, mantém casa em São Luiz Gonzaga (RS) e Brasília.

“Sempre tive uma vida modesta e mesmo assim estou sentindo o aperto”, afirma o deputado, que disse ter sido obrigado a usar o cheque especial nos últimos cinco meses.

“Uso até o limite de R\$ 20 mil e também recorro ao IPC”, conta ele, pai de três filhos, que ainda paga 10% de contribuição partidária para o PDT.

Jefferson Rudy



Paulo Bernardo (PT-PR) — repassa 30% de seu salário para o PT e não pode reclamar. Afinal, “a contribuição é um compromisso”, afirma o deputado.

Com três filhos e casa também em Londrina, Bernardo é outro usuário do cheque especial. Recorre todo mês. Constata que a vida não anda fácil. Principalmente para quem depende de carona.

“Agora, estou a pé”, admite. “Vendi meu fusquinha 84 há dois meses, porque estava sem dinheiro”. Com a venda, ele embolsou R\$ 4,8 mil e diz que não está pensando em comprar carro tão cedo.

Jefferson Rudy



Paes Landim (PFL-PI) — o deputado diz que está tão endividado que vendeu seu carro para pagar despesas de campanha e não conseguiu comprar outro.

“Estou liquidado”, lamentou. “Os deputados geralmente têm muita demandada (por parte dos eleitores)”. A sorte de Landim, segundo ele, é não ter mulher nem filhos.

O parlamentar revelou que todo mês passa pelo mesmo sufoco. “Estou sempre no vermelho, no cheque especial, e ainda recorro ao IPC”.

Com tamanha indignação, jantou fora, nem pensar. “Só se eu for convidado”, avisa.

Glaucio Dettmar



Ney Suassuna (PMDB-PB) — “Eu tenho recursos”, atreve-se a dizer o senador que virou uma tábua de salvação dos duros colegas de Parlamento.

“Amigos de partido vêm me procurar”, conta ele. “Um senador me pediu para comprar um relógio, no valor de R\$ 6 mil, e um deputado federal me procurou para passar o carro dele”.

Suassuna afirma não saber dizer não: “Dói na alma da gente”. Ele lembra que muitos ainda pagam despesas de campanha. Além disso, alega, é comum ter casas para sustentar na capital do estado, no interior e em Brasília.

VIDA DE DEPUTADO

■ Salário de US\$ 8 mil

■ Assistência médica gratuita

■ Assistência odontológica gratuita

■ Três passagens aéreas por mês para seus estados

■ Uma passagem aérea por mês para o Rio de Janeiro

■ Franquia livre nos Correios

■ Até US\$ 870 mensais de graça em telefonemas

■ Imóvel funcional ou auxílio-moradia de US\$ 500 mensais

■ Isenção de pagamento de condomínio

■ Aposentadoria aos 50 anos, após oito anos de mandato

■ Até 16 funcionários pagos pela Câmara para cada deputado

■ Até 27 funcionários pagos pelo Senado para cada senador

■ Cerca de quatro meses de recesso por ano